

A nacionalidade como problema historiográfico: primeiros momentos da história literária brasileira*

Nationality as a historiographical problem: first moments of Brazilian literary history

Gustavo Arthur MATTE†

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)

RESUMO: Pensando a História enquanto prática social, reflito sobre como a busca por assertividade identitária no pós-independência pode revelar os projetos intelectuais/ideológicos que orientaram a formação do Estado Nacional brasileiro. A elite intelectual do século XIX iniciou um projeto em busca da cultura brasileira “original” (tanto de “origens” quanto de “originalidade”), mas a ausência da participação de grupos minoritários aponta para o caráter excludente do projeto que estava em curso. Foi se estabelecendo um paradigma da nação através das camadas privilegiadas e confundidas com as próprias instituições. Também, é através desse perfil bastante específico do sujeito enunciador que se constrói o perfil de um sujeito da nação (o cidadão). Através, então, da leitura de textos fundadores da história literária brasileira sob a ótica de reflexões recentes sobre memória nacional (ACHUGAR), cultura brasileira (FINAZZI-AGRÒ e ORTIZ) e representatividade cultural (DALCASTAGNÈ), pretendo fornecer algumas pistas para a seguinte questão: quem foi (e quem é), afinal, o “sujeito *do discurso* nacional”, que realiza a escrita da história e a construção da memória?

PALAVRAS-CHAVE: História da literatura brasileira. Crítica literária. Identidade nacional.

ABSTRACT: Understanding History as a social practice, this investigation shows how the search for a national identity in the post-independence period can expose the intellectual/ideological projects which supported the construction of the Brazilian national State. The intellectual elites of the XIX century started a project of defining Brazilian “original” culture, but the absence of minority groups indicate the exclusionary character of their project. Thus, the nation was consolidated based on the point of view of the privileged layers of Brazilian society, which confused themselves with the very national institutions. Moreover, it is

* Este artigo resulta de reflexões prévias apresentadas oralmente no XXX Seminário Brasileiro de Crítica Literária, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) entre os dias 18 e 20 de outubro de 2016.

† Mestre e doutorando em Teoria da Literatura pela Puc/RS. E-mail: gustavo.a.matte@gmail.com

based on this very specific profile of the enunciator that the image of a national citizen is constructed. Reading some of the foundational texts on Brazilian literary history under the point of view of recent theories on national memory (ACHUGAR), Brazilian culture (FINAZZI-AGRÒ e ORTIZ) and cultural representation (DALCASTAGNÈ), this study tries to give some clues to clarify the question: who was (and who is) the “subject of the national discourse” (those who write History and construct memory)?

KEY-WORDS: Brazilian literary History. Literary criticism. National identity.

Pensar sobre os elementos que plasman a construção e difusão de um discurso histórico implica, antes de tudo, levar em consideração o que se pode chamar de uma historicidade da história, o que, nos termos do pensador francês Michel de Certeau (2000, p. 33), “implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social”, ou seja, a ciência histórica às formas e processos sociais. Estando interligadas, tem-se que a leitura/interpretação do passado está sempre subordinada a uma leitura/prática do presente (CERTEAU, 2000, p. 34), a um projeto ideológico de determinada sociedade que, em determinado momento, busca se compreender.

Nessa perspectiva capitaneada por Certeau, portanto, o discurso histórico deixa de ser visto como objetividade científica e torna-se motivo de reflexão sobre as escolhas históricas que interferem no processo científico. A crítica da história, assim, desliga-se do “fato” (ou do “dado”) histórico e se debruça sobre o “fazer histórico” e sobre a “ideologia”. Em outras palavras, “transforma a pesquisa de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise das opções ou das organizações de sentido implicadas por operações interpretativas” (CERTEAU, 2000, p. 41). O discurso, assim, não pode ser desligado dos momentos e formas de sua produção, e a tarefa da história adquire as feições de uma equação infinita, em que os termos (presente, passado, futuro) possuem valores (aspectos) sempre variáveis, redundando em uma “série indefinida de ‘sentidos históricos’” (CERTEAU, 2000, p. 45).

Levando-se em conta essa perspectiva que pensa a pesquisa histórica enquanto uma atividade humana, uma prática social, resulta que o caráter sempre problemático da ideia de nacionalidade/identidade em nações ex-coloniais pode revelar, pela leitura de seus “discursos históricos fundadores”, um pouco do projeto intelectual/ideológico em que se assentou a construção dos Estados Nacionais no Novo Mundo americano. De

fato, no momento imediatamente posterior às independências latino-americanas, no século XIX, as elites intelectuais perceberam que a simples separação política e institucional não garantiria a independência e a unidade nacional, e iniciaram um exaustivo projeto de definição de identidades aglutinadoras, pretendendo o encontro de suas culturas “originais” (tanto no sentido de origens quanto de originalidade):

A revisão do passado está associada à necessidade de conhecer as origens, de averiguar filiações e pertenças, de precisar o momento inicial de indivíduos e coletividades, e de um modo particular com a necessidade de revisar a origem do estado nação, precisamente em momentos em que esse está ameaçado. (ACHUGAR, 2003, p. 43)

Surge, assim, no contexto pós-independentista, um “esforço fundacional” que tenta determinar as origens da nação e construir sua memória com base no projeto de separação cultural (para complementar a separação política) da ex-colônia em relação à ex-metrópole; e de particularização cultural, de maneira a singularizar o novo país no concerto internacional de culturas. Nesse período, a identificação de uma “cultura nacional” desempenhou papel importante na consolidação do Estado e da independência, e a *intelligentsia* latino-americana em torno da literatura (e das artes) atuou de maneira decisiva. O brasilianista Ettore Finazzi-Agrò (2013), por exemplo, destaca a especificidade da abordagem dos pensadores latino-americanos e as consequências ideológicas e metodológicas para a escrita de uma história da literatura, ao comparar a literatura brasileira sendo pensada por um estrangeiro e pelos próprios intelectuais brasileiros:

[...] a distância entre o ‘mestre’ Denis e os ‘discípulos’ brasileiros parece aumentar na medida em que é focalizado o objeto-nação: de um lado, teremos um erudito (Denis) buscando [...] uma chave para entender o Brasil dentro de uma mais ampla visão do Novo Mundo e da realidade tropical; [...] do outro lado, teremos Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e muitos outros tentando identificar a natureza peculiar e o caráter não assimilável, refratário a qualquer contextualização supranacional e intelectualista da cultura brasileira. (2013, P. 54).¹

¹ O “mestre Denis”, a que se refere Finazzi-Agrò, foi um intelectual francês que escreveu as primeiras linhas a respeito de nossa história literária, separando-a de Portugal, mas ainda vista em relação. Trata-se do pequeno *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal [suivi du] Résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, de 1826. Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre foram intelectuais brasileiros do período pós-independência.

Havia, portanto, um esforço “originalizante” entre os intelectuais brasileiros que pensavam a nação: eles queriam encontrar a “essência” da pátria em oposição às outras nações do mundo, já que isso poderia garantir a validade de nossa experiência enquanto povo e, portanto, a justificativa da autonomia política. Um de nossos primeiros historiadores da literatura, Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, é revelador ao sugerir intimidades entre letra, Estado e nação, referindo-se às línguas e literaturas como elementos “sempre em harmonia com a ascendência e decadência dos estados, como verdadeira decoração que são de seus edifícios” (1998, p. 229). Hugo Achugar, por sua vez, vê essa intimidade quase como um casamento: no rastro das ideias de Angel Rama em *A cidade letrada*, afirma que o intelectual literato desempenhou, através de sua atividade, o próprio exercício de um poder de fundação nacional:

Esta centralidade de letra, literatura e letrado reforça a ideia de “fundação pela palavra” dos estados-nação da América Latina durante o século XIX. Uma fundação homogeneizadora [...] em função de uma língua nacional que se “esquecia” ou “apagava” toda manifestação linguística e cultural que não se encaixava com o projeto nacional que os letrados se encarregaram de impor mediante a escritura do poder e o poder da escritura. (ACHUGAR, 2003, p. 53)

A relação entre a ideia de uma fundação que iguala, por um lado, a invenção da memória através do uso da palavra e, por outro, o exercício do poder político e simbólico, desempenha uma tensão fundamental no pensamento de Achugar sobre a questão. Ele chega mesmo a descrever a centralidade atribuída aos letrados durante o período pós-independente como o estabelecimento de uma ordem de “sacerdotes do signo”, o que “confere à letra uma função fundamental sobretudo como executora do poder” (ACHUGAR, 2003, p. 52). Mas, além da vontade de delimitar o nacional pela seleção de uma memória homogeneizante, surge o movimento simultâneo e paralelo de separá-la (e louvá-la) na heterogeneidade de formas culturais correspondentes às nações do mundo. Nesse sentido, observe-se o que diz outro intelectual do período, Joaquim Norberto de Sousa Silva, que reconhece nas letras motivo de orgulho ufanista e meio através do qual alcançar o ideal de nação. Segundo ele

De todos os povos americanos é sem exageração alguma o brasileiro o mais digno da veneração dos estrangeiros. O primeiro que conheceu a necessidade de sua independência, que intentou por vezes sacudir o jugo da escravidão e constituir-se nação livre e independente, foi também o primeiro que ensaiou-se nos diversos ramos da literatura. Ainda não éramos nação e já tínhamos

historiadores, que memorassem as glórias da pátria, e poetas que celebrassem as vitórias de seus concidadãos [...], e já possuíamos uma literatura, senão legitimamente nacional, - que raras o são -, ao menos em parte, e que ao presente constitui-nos como nação literária uma das primeiras das duas Américas e a única da meridional. (SILVA, 1998, p. 100-101)²

Nesse sentido, tanto Varnhagen quanto Sousa Silva são exemplos brasileiros de um fenômeno que diz respeito a toda a América Latina nos anos que seguiram sua libertação política do domínio colonial, na vontade de institucionalizar a nação através da literatura. Refiro-me aos “parnasos” e “antologias” poéticas nacionais do século XIX, que, segundo Achugar, “contribuíram para construir a ‘ordem ritual’ necessária para consolidar o imaginário nacional” (2003, p. 57). Essas coletâneas – que no Brasil foram elaboradas por intelectuais oitocentistas como os já citados Varnhagen e Sousa Silva, mas também por outros nomes mais ou menos conhecidos como Januário da Cunha Barbosa e João Manuel Pereira da Silva – constituíram as primeiras tentativas de traçar uma história literária para os recém-formados estados-nação. É interessante reparar o quanto, nelas, podem ser detectados alguns pontos comuns e característicos, como a ideia de localizar uma origem no tempo; indicar os principais nomes que constituem sua trajetória (geralmente de acordo com um critério de nacionalidade que é a “cor local”); além de, algumas vezes, reconhecer correntes ou tendências literárias de época – sem, no entanto, tentar encadeá-las no sentido de constituir uma tradição, como mais tarde será feito por Antonio Candido. Muito pelo contrário: a intenção desses intelectuais do século XIX estava muito mais voltada para o futuro (ou seja, buscar um passado que significasse um futuro, ou projeto de futuro), para o porvir de um Estado que haveria, através da letra, de se consolidar e desenvolver.

Indiretamente, ainda, e agora pensando especialmente no caso do Brasil, as coletâneas/parnasos revelam como a ideia de unidade através da língua desempenhou problemática importante para o conjunto do pensamento da época, incluindo aí intenções claras de diferenciar a forma com que o português era utilizado no Brasil e na metrópole, Portugal. A tentativa de separar-se, pela via de monumentos literários elegíveis, da história comum com Portugal é uma preocupação central:

² Apenas como um aparte, não fica claro para mim se a expressão “sacudir o jugo da escravidão”, no excerto de Sousa Silva, refere-se à luta pela libertação da mão-de-obra escrava negra ou do domínio colonial da metrópole.

[...] no Brasil aquilo que se deu não foi tanto a dificuldade no acesso às fontes (sempre lamentado, aliás, pelos autores de Bosquejos ou Parnasos literários) quanto a efetiva impossibilidade de separar o nacional do não nacional, de distinguir o que podia ser atribuído ao gênio brasileiro do que devia ficar no alveo da literatura portuguesa (FINAZZI-AGRÒ, 2013, p. 43).

Para essa distinção pretendida, a divisibilidade entre as literaturas portuguesa e brasileira é enfaticamente defendida por Varnhagen, que quer se contrapor àqueles que a “julgam impossível (a divisibilidade das literaturas), em consequência da uniformidade da língua” (VARNHAGEN, 1998, p. 226). Para ele, no entanto, tal uniformidade não existe, e elenca argumentos que funcionam no sentido da separação (destaco especialmente o 3º):

1 – deverão deixar de figurar, nas histórias literárias da Prússia e de Portugal, as obras dos eminentes escritores Humboldt e Pinheiro Ferreira, só porque estes, para terem mais leitores, as escreveram em Francês?

2 – desalistaram-se da literatura portuguesa o Bispo Osório e Paiva de Andrada, porque escreveram em latim?

3 – é, por ventura, tão verdadeira, tão estrita essa identidade da língua? Não há no Brasil nomes do país ali conhecidos, e cujo objeto é mais ou menos poético, dos quais em Portugal a sua pronúncia dizem que excita o riso? [...]

Entendamo-nos: esta opinião do vulgo, que acha também em Portugal mui ridículo um dos nomes de mais glória para o Brasil – O Ipiranga – prova que a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria; pois desgraçado do poeta do Brasil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar em Portugal um de seus filhos que nunca tivesse ido à América [...], se tal ou tal palavra lhe promove o riso (VARNHAGEN, 1998, p. 227-228).

Na sequência, Varnhagen chega à conclusão de que “os troncos colonizadores não trazem, pois, da árvore-mãe seiva poética bastante, para produzirem frutos com ajuda do clima da terra” (1998, p. 230). É uma espécie de metáfora semelhante à metáfora do “galho secundário”, utilizada por Antonio Candido em sua *Formação da Literatura Brasileira* (1959). Varnhagen, no entanto, onde Candido descreve a Literatura Brasileira como um galho secundário da literatura portuguesa, identificando uma tradição (continuidade) entre as letras da metrópole e da colônia – Varnhagen, ao contrário, de acordo com o que lhe parecem ser as necessidades do momento (a poesia declarar-se independente da mãe-pátria), formula uma separação drástica: a seiva da árvore principal sequer chega na colônia, que precisaria erigir uma árvore própria.

Portanto, embrenha-se por uma ideia de “originalidade nacional”, igualando-a à descrição das cenas naturais do território, numa busca por construir e consolidar a nação pela via de um imaginário descritivo/figurativo:

[...] Deus o faze bem (o Brasil), para que os poetas, em vez de imitarem o que leem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais – americanos [...]. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, **principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem**; mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. [...]. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? (VARNHAGEN, 1998, p. 236. Grifo meu).

Assim, grande parte do repertório do imaginário nacional que vai sendo construído ao longo do século XIX, tanto na literatura quanto nas artes plásticas, utiliza o “local” na forma de descrição pictórica para celebrar aquilo que lhe é próprio, particular. Portanto, nesse momento, a ideia da “cor local” parece ainda absolutamente vinculada ao aspecto temático, enquanto há receptividade em relação às formas e gêneros clássicos (os “preceitos do belo” que a Europa recebeu da antiguidade clássica, conforme Varnhagen).

Achugar lembra também que

[...] Assim, inclusive nos arcos da arte efêmera com que, nos primeiros dias, se celebraram os estados recém-construídos ou as independências, mais desejadas que alcançadas, podiam ver-se junto com as imagens do repertório republicano – a emblemática liberdade feminina com gorro frígio – figuras de índios ou da flora local (2003, p. 55).

Surge, aí, associado às paisagens, e como se fosse parte delas, a figura do indígena enquanto símbolo nacional. A presença do indígena é chamada e elaborada na forma de um tema, um “objeto”, mas nunca como enunciador, “sujeito” com formas próprias. Nos primeiros momentos dos novos Estados, a exclusão de grupos minoritários (etnias, mulheres, classes sociais etc. não-dominantes) dos lugares privilegiados de fala que estavam envolvidos na fundação estado-nacional indica claramente o caráter do projeto de estado-nação que estava em construção. Nas palavras de Hugo Achugar, “o sujeito enunciador do discurso fundante do estado-nação na América Latina durante o século XIX [...] teve um projeto patriarcal e elitista que

excluiu [...] não só a mulher, como também índios, negros, escravos, analfabetos [...]” (ACHUHAR, 2003, p. 49). É, ainda, através desse perfil bastante específico do sujeito enunciador que se constrói o “perfil de um sujeito da nação (o cidadão)” (ACHUGAR, p. 50), que vai, ao longo do século XX, continuar aparecendo enquanto o sujeito por excelência das letras nacionais, como muito bem demonstram as pesquisas de Regina Dalcastagnè sobre o romance brasileiro contemporâneo³.

De fato, enquanto o negro estava completamente excluído da percepção dos intelectuais brasileiros, o índio figurava apenas como tema, como símbolo, mas nunca como um falante ou participante do sistema cultural que se formava em torno do Império. É sobretudo nesse sentido (do monopólio dos lugares privilegiados de enunciação) que Finnazzi-Agrò parece apontar quando afirma que “a História, então, como (re)construção de um *mythos* (isto é, de um modo de contar, de um ‘enredo’ narrativo), não seria [...] tanto um modo para lembrar quanto, sobretudo, uma maneira particular e necessária de esquecer” (2013, p. 20). O caso do esquecimento do negro em nossa vida intelectual é emblemático: talvez o primeiro pensador brasileiro a observar a participação do negro na formação de um “espírito nacional” tenha sido Sílvio Romero (apenas no fim do século XIX!), e ainda assim de maneira bastante racista. Em sua antológica *História da Literatura Brasileira*, de 1888 (o ano da abolição), Romero descreve nossa formação literária pela ótica de uma bem-conhecida teoria da miscigenação, onde portugueses, negro e índio se misturam para compor uma particularidade cultural que deriva das particularidades raciais.

Mas, retornando ao período pós-independente, a questão de uma “cor-local”, conforme afirmado acima, ainda está bastante ligada ao uso do indígena e da natureza enquanto símbolos ou indícios de diferenciação e particularidade. Varnhagen, a respeito de Balbuena, um poeta mexicano no contexto da América colonial espanhola, elogia sua obra por ser “a que mais abunda em cenas descritivas, por se haver ele inspirado, mais que todos os outros, de um dos grandes elementos, que deve entrar em toda a elevada poesia americana – a majestade de suas cenas naturais” (VARNHAGEN, 1998, p. 234). Vê-se, assim, que tipo de critérios estão sendo levados em conta. Ainda mais, o mesmo

³ A referida pesquisa pode ser consultada em DALCASTAGNÈ (2012). Trata-se de um levantamento de dados quantitativos que mapeiam as relações de poder no espaço literário do romance brasileiro contemporâneo, demonstrando que ainda é ocupado pela mesma parcela privilegiada da população (homem, branco, heterossexual, de classe média etc.).

Varnhagen, em outra circunstância, sente o impulso de empolgar-se com o estilo e a metrificação dos versos (formas herdadas da Europa) de Paranaguá, mas não pode perdoar a escolha por uma paisagem europeia demais:

[...] **tão notável pelo estilo e metrificação, mas onde faltava muita cor americana.** Sentimos que o poeta fluminense preferisse entre as quadras do ano a que na Europa é mais risonha, e fizesse menção de se ter acabado o frio do vento norte, quando o frio no Brasil não vem desse lado; e que se lembre da flor da amendoeira, pois se há esta árvore em algum jardim de aclimação, não é para nós um indício da primavera (VARNHAGEN, 1998, p. 263. Grifo meu.).

Esse excerto de Varnhagen funciona muito bem no sentido de reforçar o meu argumento de quanto, nesse “momento fundacional”, a noção de nacionalidade literária era temática, e não formal (e a nacionalidade, tenha-se em mente, lhes era sinônimo de qualidade). Embora se aceitem as formas, escolas e estilos europeus, devem ser pensados através de temáticas nacionais, sob pena de condenação por falta de patriotismo. Para esses pensadores do século XIX, assim, a imagem do Brasil deveria surgir de uma arte tematicamente específica provinda de uma natureza igualmente específica. Os sinais característicos e singulares da identidade são buscados no realce da paisagem americana.

Só que, concomitantemente, a ideia de um Estado Nacional também depende muito do aspecto das delimitações territoriais. Ainda investigando o trabalho de Varnhagen, vemos que, junto com os aspectos temáticos, o território era utilizado como critério de separação da brasilidade no interior do universo lusitano, afirmando que os autores que ele (Varnhagen) escolheu para compor sua antologia não obedeceram a uma avaliação de qualidade, mas de “americanidade” – aqui também no sentido de ‘pertencente (ou nascido) ao território americano’, ou seja, a nacionalidade jurídica. “Intitulamos este livro – *Florilégio da poesia brasileira*”, diz Varnhagen, “mas repetimos que não queremos por isso dizer, que oferecemos o melhor desta, porém sim (com alguma exceção) o que por mais americano tivemos” (1998, p. 225) – e ‘mais americano’ é tanto temática quanto juridicamente:

[...] Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz, e a fé no desenvolvimento futuro de sua poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, **ao menos no**

assunto. Esta decisão nos facilitou a empresa, e cremos que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano, vendo que vai já para dois séculos havia no Brasil quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas de Grécia ou Roma. (VARNHAGEN, 1998, p. 224, grifo meu)

Cumprindo adotar uma regra para os que deviam ter entrada na nossa coleção, **fizemos prevalecer a do nascimento (do autor) no Brasil, por ser o princípio mais geral que [...] instintivamente em nossos ânimos prevalece**, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre à terra em que nos estabelecemos, bem como em direito internacional, quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere à do domicílio. Por esta razão excluimos Pinto Brandão e Dinis, embora escrevessem versos sobre assuntos do Brasil (VARNHAGEN, 1998, p. 225-226, grifo meu).

Sousa Silva, por sua vez, apesar de não o anunciar como um critério, também leva em conta, para a composição de sua coletânea (as *Modulações Poéticas*, de 1841), uma seleção baseada nos mesmos elementos. Ele censura, por exemplo, poetas brasileiros que compunham em outras línguas, usando os termos “falha de patriotismo, falha vergonhosa de pundonor nacional!” (1998, p. 105). Vai, assim, sendo estabelecido um paradigma ideológico da nação e do sujeito nacional que está inscrito em um projeto de consolidação da independência através da língua do colonizador e da afirmação das instituições herdadas da colonização. E se, por um lado, os intelectuais que participaram desse projeto sofreram coações da história e da sociedade de seu tempo, com seus dilemas, contradições, tensões e acontecimentos, por outro lado eles também pretenderam inventar, a seu jeito, uma história e uma sociedade em que seus próprios projetos de futuro tivessem espaço. “O porvir! – Eis a esperança do Brasil! – Eis a época que vislumbra com brilho e majestade através de seu véu! – Que esse porvir se converta em esplêndido presente!” (SILVA, 1998, p. 141). Afinal de contas, como afirma Michel de Certeau, escrever a história é “utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos” (2000, p. 107). Ou ainda, conforme Renato Ortiz:

[...] a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. Colocar a problemática dessa forma é, portanto, dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado. (2012, p. 9)

Hugo Achugar chega a dizer que os intelectuais do período, em sua relação íntima com a formação e consolidação do Estado, ao serem os donos da palavra e encarnarem o poder de enunciação, tornam-se também os donos da memória e, portanto, de uma ideia de nacionalidade. A pergunta, assim, que fica subentendida, e que deveria ser levantada em todo estudo que considere a história do pensamento sobre o Brasil, põe-se nestes termos: quem é, afinal, o “sujeito nacional”, e quem, complementarmente, é o “sujeito do discurso nacional”, que realiza a escrita da História e a construção da memória? Tanto a ideia dos nascidos no território de Varnhagen quanto a do mestiço de Sílvio Romero, que talvez se pretendessem bastante abrangentes, escondem no entanto uma forma sutil (mas violenta) de apagamento que se constitui justamente por uma falta na capacidade de falar (ou na capacidade de ser ouvido?) e, portanto, de representar-se dignamente: se o que caracteriza a brasilidade é a mestiçagem, como quis Sílvio Romero e outros depois dele, ainda assim o sujeito enunciador da nacionalidade ao longo de todo o século XX será, quase que infalivelmente, a pequena parcela privilegiada dessa população. Afinal, não será esse um dos motivos de a mestiçagem (e de o processo de formação “racial” do Brasil) ser vista por ele quase como uma falha, uma desvantagem em relação a países mais “puros”? Apenas a título de exemplo, vale a pena folhear as tabelas obtidas na pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012), para ter alguma dimensão de quanto, ainda na passagem para o século XXI, os mesmos grupos que foram excluídos do projeto nacional nos primeiros momentos da independência continuam encontrando dificuldades de se colocar como sujeitos de sua nação. Mas, de acordo com as palavras de Achugar:

[...] É possível também que estejamos em um novo momento fundacional, mas o “esforço fundacional” de hoje não poderá afirmar-se única e nem fundamentalmente no poder dos letrados. Não poderá, porque esse poder, assim como a palavra do letrado, estão em questão. Não poderá, porque hoje em dia os donos da memória já não são os donos da palavra. Não poderá, além disso, porque a memória não é uma e os donos da palavra são muitos e diversos. (2003, p. 60)

Há, assim, nos processos culturais recentes, grande tendência (e muita militância) no sentido de atenuar, rever, reverter esse processo, tornando o debate muito mais voltado para a multiplicidade da cultura e da memória, e buscando mostrar o quanto uma ideia de si nacional não pode ser democrática se não levar em conta as

diversas temporalidades (nas múltiplas combinações possíveis de classe, gênero, raça etc.) distintas que partilham a comunidade da nação.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, H. A escritura da história ou a propósito da fundação das nações. Trad. Maria Eunice Moreira. In: MOREIRA, M. E. (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 35-60.

CERTEAU, M. *Fazer história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DALCASTAGNÈ, R. *Literatura Brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte / Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

FINAZZI-AGRÒ, E. *Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVA, J. N. de S. Modulações poéticas. In: ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E. (Org.). *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 89-142.

VARNHAGEN, F. A. Florilégio da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 209-267.

Recebido em 24/05/2018

Aprovado em 26/06/2018